



O SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO ESPECIAL: ANÁLISE DA ATUAÇÃO PROFISSIONAL NO DEE DO MUNICÍPIO DE MARABÁ-PA

Lenara Antão de Alencar Ribeiro Souza¹
Sheila Kaline Leal da Silva²

Categoria: Relatos de experiência.

Eixo Temático/Área de Conhecimento: 7. Experiências pedagógicas e institucionais com o público-alvo da educação especial.

RESUMO: O presente trabalho busca refletir sobre a atuação do profissional de Serviço Social no Departamento de Educação Especial de Marabá, Região Sudeste do Estado do Pará. É por esse viés que vamos pontuar de maneira crítica, seu processo de trabalho, respeitando as contradições postas pela sociedade capitalista. No entanto, vale ressaltar, não iremos pontuar apenas o modo de desenvolver o trabalho do Assistente Social, mas suas concepções enquanto conformados pelas dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa e dessa forma, analisar as particularidades dessas dimensões, tendo a clareza que tais dimensões se constituem em diferentes níveis de apreensão da realidade da profissão na instituição. É importante considerar que as expressões da questão social são matéria prima do trabalho do assistente social.

Palavras-chave: Serviço Social. Educação Especial. Questão Social.

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo discutir a relevância do Serviço Social em todo o processo de garantia de direitos da Pessoa com Deficiência – PCD em um sistema educacional inclusivo, acessível e livre de barreiras que impeçam a materialização deste direito. Deste modo, não versa sob uma perspectiva economicista, porém é impossível iniciar uma análise da atuação profissional junto a

¹ Lenara Antão de Alencar Ribeiro Souza. Assistente Social (Centro de Atendimento à Pessoa com Surdez – CAS / SEDUC-PI), pós-graduanda em Gestão Pública Municipal – UFPI. E-mail: Lenarasouza@hotmail.com.

² Sheila Kaline Leal da Silva. Assistente social (PROEX- / Unifesspa). E-mail: Sheilapt@yahoo.com.br.



UNIFESSPA
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ



Educação Especial sem abordar o assunto de antemão. Neste contexto, faz-se necessário compreender a expansão do modo de produção capitalista e suas contribuições para o agravamento das expressões da questão social. É nessa sociedade capitalista em sua fase mais nefasta que as expressões da questão social são materializadas através da pobreza, violência, fome, falta de acesso a serviços e bens públicos, entre outras manifestações.

Vale ressaltar que, o Brasil vivenciou nos últimos anos, em especial na última década, grandes transformações societárias, onde as mudanças dos paradigmas sociais entram em curso e resultam em uma série de transformações. Tais afirmações são sustentadas partindo do processo acelerado de globalização, das inovações tecnológicas e de uma nova concepção de Políticas Públicas que se materializam com o processo de redemocratização do país, da constituição de 1988 e de outras legislações que trazem a educação como direito de todos e dever do Estado.

Além desses grandes avanços, a CF/88 inaugura no campo dos direitos a oferta do atendimento educacional especializado para as pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino. A Educação Especial passa a ser regulamentada pela Lei nº 9.394/1996, bem como outras aparatos legais, como exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente Lei N.º 8069/1990 art. 53³; Nota Técnica do MEC 19/2010⁴ e dentre outros instrumentos que contribuem para assegurar os direitos a educação.

³ Capítulo IV - Do Direito à Educação, à Cultura, ao Esporte e ao Lazer Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando o pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho assegurando-lhes: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1990).

⁴ Diz respeito aos profissionais de apoio para alunos com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento matriculados nas escolas comuns da rede pública de ensino. As escolas de educação regular, pública e privada, devem assegurar as condições necessárias para o pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento, em todas as atividades desenvolvidas no contexto escolar (Nota Técnica 19 – MEC/SEESP/GAB, 2010).

Embora tenham existido iniciativas governamentais paralelas à sociedade civil nos séculos XIX e XX⁵, foi somente no século XXI, a partir de uma luta de classe, que os PCD's vieram incorporar as políticas sociais no país, estabelecendo um movimento da luta que ganhou ascensão no início dos anos de 1980 sendo estendido nos anos seguintes e levou como lema: "NADA SOBRE NÓS, SEM NÓS". Isso significa uma ruptura com a cultura que excluía os PCD's das tomadas de decisões sociais e políticas no país.

Após a CF/88 e a Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva⁶, a educação especial passa a ser compreendida como uma política pública necessária que garante o desenvolvimento de ações que promovem o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos inseridos na rede de ensino, contribuindo de forma significativa, na construção de uma educação pública de qualidade, cujo um dos objetivos é o exercício pleno da cidadania.

O Serviço Social é uma profissão que possui competências teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas para intervir nas refrações da questão social, assegurando o pleno acesso aos direitos sociais, atuando frente ao conjunto das desigualdades sociais reproduzidas pelo sistema capitalista e as relações de poder estabelecidas. Dessa maneira, o Assistente Social no âmbito da Educação Especial está direcionado para a defesa e garantia de direitos das pessoas com deficiência buscando a superação da dupla exclusão deficiência/pobreza, a qual é a realidade de alguns alunos da rede pública de ensino.

⁵ Instituto Nacional de Surdos Mudos do Rio de Janeiro, atual INES-Instituto Nacional de Educação de Surdos; Imperial Instituto dos meninos Cegos, atual Benjamin Constant; Sociedade Pestalozzi; Associação de Pais e Amigo dos excepcionais.

⁶ Rompe em 2009 com a perspectiva de educação integracionista. Passa a enfatizar que o movimento mundial pela educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação. A educação inclusiva constitui um paradigma educacional fundamentado na concepção de direitos humanos, que conjuga igualdade e diferença como valores indissociáveis. (BRASIL, MEC, 2009).

O presente estudo é, contudo, o resultado da intervenção do Serviço Social na Secretaria Municipal de Educação - SEMED do município de Marabá-PA, nos anos de 2015 e 2016, onde para melhor respaldo, baseia-se nos relatos das profissionais atuantes associado com as análises bibliográficas necessárias para uma melhor compreensão desta análise.

Nesta direção, o trabalho versa sobre a natureza qualitativa, com abordagem exploratória. Para melhor compreensão do estudo, foi utilizada também a pesquisa bibliográfica, a partir de materiais publicados em livros, artigos, dissertações e teses⁷.

Para análise e coleta de dados, utilizaram-se os seguintes instrumentos e técnicas: dimensão técnica e investigativa do serviço social, relatórios, devolutivas e registro de atendimentos da equipe multiprofissional do Departamento de Educação Especial – SEMED.

2. EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Na busca para compreender a trajetória da política de Educação Especial no Brasil é preciso considerar alguns marcos e tendências acerca da forma com a qual foi tecida a atual política de educação. O contexto histórico da Educação Especial no país é formado por uma junção de práticas educacionais com assistencialistas, uma vez que uma parcela da população se viu relegada a atitudes isoladas, ofertas de serviços prestados por instituições públicas, privadas e filantrópicas.

Tomando como ponto de partida a história da educação especial, pode-se observar que está se divide em dois períodos: de 1854 a 1956, onde surgem as primeiras iniciativas oficiais e isoladas, buscando intervir apenas nas deficiências

⁷ Para Gil (2008, p. 51) “a abordagem qualitativa firma um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito, analisando percepções que não podem ser traduzidas em números.” Portanto, essa abordagem é indissociável para a realização de um estudo. A pesquisa exploratória proporciona melhor familiaridade com o objetivo a fim de torná-lo compreensível, para que assim, seja possível construir hipóteses sob ele. No que diz respeito a pesquisa bibliográfica é desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos (GIL, 2008).

sensoriais, através de escolas especiais como exemplo: o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), hoje, respectivamente, Instituto Benjamim Constant e Instituto Nacional de Educação para Surdos. De 1957 até os dias atuais, entram em cena as ações da sociedade civil, tendo em vista as poucas ações governamentais. Abre-se, portanto, espaços para as Organizações Não Governamentais – ONG's.

Durante muitos anos a Educação Especial, utilizava como modelo pedagógico na educação dos alunos, o integracionista. Tal prática educativa objetivava integrar o aluno à escola, sem proporcionar recursos necessários para que o aluno viesse a se desenvolver pessoal e socialmente, isto é, se por mérito próprio o aluno conseguisse se adequar a conjuntura escolar, estava apto a ingressar ao meio.

A integração pressupõe uma participação tutelada, onde se limita as relações sociais e de aprendizagem em todos os âmbitos da vida escolar, segregando aqueles “incapazes” de se integrar a uma estrutura com valores próprios e irreduzíveis a inclusão do diferente (RODRIGUES, 2006). Seguia-se uma visão de que a deficiência estava na pessoa, sendo ela a única responsável por estabelecer mecanismos de supera-la para assim, inserir-se ao meio.

Segundo Sasaki (1997, p. 32), no modelo integrativo “a sociedade em geral ficava de braços cruzados e aceitava receber os portadores de deficiência desde que eles fossem capazes de moldar-se aos tipos de serviços que ela lhes oferecia; isso acontecia inclusive na escola”. E aqueles que não se enquadravam a esse modelo pedagógico, eram excluídos e desprovidos de direitos básicos, como o acesso a educação e socialização.

A partir da Lei de nº 9394/96 estabelece um reconhecimento da educação especial como uma modalidade da política de educação e passa a ser de responsabilidade dos estabelecimentos regulares de educação, tanto público como privado, promover a inclusão das pessoas com deficiência nos sistemas educacionais. As escolas, em especial, da rede pública de ensino, devem criar

condições necessárias para receber esses alunos, além da tendência de criação de estruturas físicas e pedagógicas para a educação especial.

Nesse período, rompe-se com a perspectiva integracionista e passa a propor um sistema educacional para todos de forma acessível e inclusiva. Mesmo sendo uma subárea da política de educação, pela primeira vez no Brasil, a LDB inclui a educação especial como proposta de política de inclusão na rede regular de ensino, transversal a todas as etapas e níveis, sendo entendida como uma modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil, 1996).

Amplia-se o atendimento para um público-alvo além das deficiências sensoriais, mas agora engloba o atendimento as deficiências físicas, intelectual, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A partir da perspectiva de educação inclusiva, estende a participação de todos os alunos nos estabelecimentos de ensino regular, com adaptações curriculares, de métodos, técnicas, recursos educativos específicos e professores com especialização favoráveis para a realização do ensino-aprendizagem de qualidade.

3. O SERVIÇO SOCIAL NO DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL DE MARABÁ-PA

O Sistema de Ensino do município de Marabá foi institucionalizado através da Lei nº. 17.149 de 30 de junho de 2004, onde determina o art. 1º que “o Sistema Municipal de Ensino de Marabá que se configura como Sistema Municipal próprio de instituições e de normas educacionais, atua em regime de colaboração com os sistemas nacional e estadual”.

No que tange a Educação Especial no município, embora desde 1987 tenha existido por meio das classes especiais e ensino itinerante, foi somente em 2001 que inaugura o Departamento de Educação Especial da Secretaria Municipal de

Educação – SEMED/DEE, para dar apoio a ações de educação das crianças e jovens com necessidades educacionais especiais.

Atualmente, o DEE é uma subárea ligada a Diretoria de Ensino, possui 30 Salas de Recurso, com professores especializados e conta com uma equipe técnica formada por: coordenador, agente de conservação, assistente social, psicólogo, fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, educador físico, neuropsicopedagogo e psicopedagogo. O atendimento multiprofissional busca realizar ações que versam desde a pré-triagem, quando existe a suspeita de alguma deficiência e onde o aluno será avaliado de maneira biopsicossocial⁸, assim como o acompanhamento deste aluno nas salas de recursos multiprofissionais e formação continuada para professores e estagiários da rede municipal de ensino.

O departamento também desenvolve outras atividades que estão diretamente interligadas ao atendimento dos alunos com deficiência, tais como:

AÇÕES	PÚBLICO	OBJETIVO
Capacitação dos professores das salas de recurso	Professores do AEE	Formação continuada e com qualidade dos professores sobre todas as temáticas ligadas à educação especial.
Projeto colônia de férias	Todos os alunos com deficiência das salas de recurso	Fazer com que haja integração entre os participantes das salas de recurso multifuncional e promover lazer com os estudantes.
Paraolimpíadas	Alunos com deficiência que são atletas	Estimular o desenvolvimento dos alunos e fazer com que possam ter no esporte uma maior

⁸ O modelo biopsicossocial é um conceito amplo que visa estudar a causa ou o progresso de doenças utilizando-se de fatores biológicos (genéticos, bioquímicos, etc), fatores psicológicos (estado de humor, de personalidade, de comportamento, etc) e fatores sociais (culturais, familiares, socioeconômicos, médicos, etc). O modelo biopsicossocial pressupõe ações integradas e interdisciplinares (SEBASTIANI; MAIA, 2005).

Torneio de bocha adaptada	Alunos que são atletas	qualidade de vida.
Oficina de produção de recursos didáticos	Professores e alunos do AEE	Troca de conhecimento através da produção de materiais alternativos com várias fontes, reciclagem colagem entre outros.
Capacitação e parceria com o NAIA	Professores do AEE e equipe multiprofissional	Formação continuada e com qualidade dos professores sobre todas temáticas ligadas a educação especial.
Participação direta no conselho da pessoa com deficiência	Coordenador	Incluir-se no órgão de defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência, buscando monitorar e deliberar ações que vão de encontro com os aparatos.

Segue-se as determinações normativas do Decreto nº. 7.611 de 2011 sobre o atendimento educacional e as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Básica, os quais consideram como público-alvo do AEE os alunos com deficiência, que são aqueles que: têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial. Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação. Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade.

O Serviço Social no DEE tem como objetivo a emancipação do aluno com deficiência, entre outras a ideia de um atendimento com viés educador e não moralizador, pois todas as etapas e especificidades da vida do indivíduo são levadas em consideração, realizando desde o acolhimento com as famílias, a fim de minimizar as inúmeras problemáticas vivenciadas pelos alunos com deficiência e tentar apreender a sua realidade, até os encaminhamentos para rede socioassistenciais e das demais políticas públicas setoriais. Sua atuação rege-se pelos princípios norteados no Código de Ética (p. 23, 1993):

- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças.

Os direitos das pessoas com deficiência encontram-se no campo dos Direitos Humanos, onde o Serviço Social partilha desta defesa, uma vez que são direitos inerentes ao ser humano. Todas as ações possuem como eixo a cidadania e o empoderamento dos sujeitos, por meio de orientações a respeito da extrema necessidade de inserção destes na vida coletiva, contribuindo nas tomadas de decisões do seu município. Conforme a Lei de nº 8.662 (p. 46, 1993) é competência do Serviço Social “V - orientar indivíduos e grupos de diferentes segmentos sociais no sentido de identificar recursos e de fazer uso dos mesmos no atendimento e na defesa de seus direitos”. Tais intervenções possibilitam o rompimento com concepções discriminatórias, uma vez que, ao conhecerem seus direitos constitucionais, as PCD's tornam-se protagonistas da sua própria história e não meros receptores de práticas benevolentes.

Na Educação Especial, procura-se matricular o atendimento na família, pois a situação de risco ou vulnerabilidade não está presente em um sujeito singular, deve-se fazer um trabalho social, pois é na família que se constrói os vínculos basilares do indivíduo, sendo ela considerada um local insubstituível que fornece proteção e socialização, mas também é âmbito de conflitos e contradições. Não se deve naturalizar a família, pois devemos compreendê-la de acordo com o seu movimento de organização-desorganização- reorganização.

A priori, requer diagnosticar o arranjo familiar, pois é importante conhecer a formação da família na sociedade contemporânea, a fim de que não ocorram ações pautadas em valores do senso comum e uma concepção conservadora (Miotto, 2003). No cotidiano profissional, realiza-se este trabalho social através de escutas qualificadas entre psicólogo e assistente social; orientações à família sobre a problemática vivenciada; tentar junto com a escola, viabilizar estratégias no sentido de trazer a família para se responsabilizar pela proteção e cuidado ao menor; realizar acompanhamento familiar com o objetivo de contribuir para a superação dos conflitos, contribuindo assim para que as crianças cresçam em um ambiente harmônico e propício para o seu desenvolvimento social e pessoal. Portanto, a intervenção psicossocial propõe despertar as potencialidades de todo o núcleo familiar, garantindo que todos exerçam a cidadania, prevenindo possíveis violações de direitos.

Evidencia-se uma realidade complexa dos alunos atendidos pela Educação Especial *in locus*, onde requer do profissional uma análise crítica, sendo possível ultrapassar concepções empíricas, entendendo aquela demanda com uma visão de totalidade. A realidade social é um todo, produzido por um conjunto de interações que tecem o fenômeno, constituindo-se e revelando sua complexidade por meio das relações entre as partes (AMARO, 2005). Destarte, é possível visualizar o todo nas partes e vice-versa conhecer a realidade de forma adequada, para além da sua aparência, o que não é uma tarefa fácil, mas necessária.

O Serviço Social atua diretamente com as mais variáveis manifestações da questão social. Desta forma, identifica-se como demandas mais recorrentes: desnutrição; abandono e/ou negligência familiar; falta de informação; suspeita de violência e abuso sexual; violência doméstica intrafamiliar; ausência de conhecimento sobre a deficiência e onde buscar o atendimento necessário para o diagnóstico precoce; carência financeira e estrutural e dentre outras situações de vulnerabilidade e risco social.

Quando identifica a demanda, o Assistente Social, dotado de competências teórico-metodológica, técnico-operativo e ético-político, busca conhecer e decifrar o ser social e a vida em sociedade. Esse processo pode ser compreendido como:

[...] requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7).

Assim, é tomando por base essas dimensões que se poderá discutir as estratégias e técnicas de intervenção profissional, a partir de quatro questões fundamentais: *o que fazer, porque fazer, como fazer e para que fazer*. Nesse contexto, entra a importância da necessidade de articular a rede de serviços sócioassistenciais e das demais políticas públicas, viabilizando o atendimento a todas as necessidades, haja vista que a Política de Educação Especial não se materializa de forma isolada das demais. Tal ação possibilita, na tentativa de superar a fragmentação dos saberes e das políticas, atender os cidadãos de forma integrada em suas necessidades, onde as redes são uma alternativa de articular os atores envolvidos na busca de um objetivo comum.

Durante os anos de 2015 e 2016 foram realizados 328 atendimentos em pré-triagem, individual e com a equipe multiprofissional. O Serviço Social também realizou outras atividades, como: Colônia de Férias, Torneio da Bocha Adaptada, Projeto Marabá Paralímpico e Grupo de Apoio Psicossocial com as famílias dos

alunos, visitas domiciliares e institucionais, palestras nas escolas com temas pertinentes a drogas, sexualidade, benefício de prestação continuada, violência, deficiência, superproteção e dentre outros; atendimento domiciliar demandado pelo Ministério Público, encaminhamentos de referência e contra-referência para os Centros de Referência da Assistência Social-CRAS, assim como o Centro de Referência Especializado da Assistência Social-CREAS, Conselho Tutelar, Neurologista, Mais Educação, Centro de Atenção Psicossocial II-CAPS, INSS-BPC, odontólogo, oftalmologista, SMS/Serviço Social para concessão de órtese e prótese, medicamentos e equipamentos de mobilidade.

O Serviço Social do DEE também buscou firmar parceiras, em especial, com os CRAS, CAPS com ênfase na saúde mental infantil, bem como com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, Instituto Nacional do Seguro Social-INSS, viabilizando o atendimento prioritário aos alunos com deficiência da rede municipal de ensino. No entanto, existem muitos desafios na prática profissional, haja vista as inúmeras barreiras institucionais que, infelizmente, na sua maioria, podam a materialização do fazer profissional, ocasionando um atendimento emergencial, fragmentado e pontual.

Precisamos, portanto, compreender a dinâmica societária, ter propriedade sobre nossos recursos teórico-metodológicos, ético-políticos técnico-operativos para não cairmos no imediatismo e retroceder ao antigo atendimento de balcão. De acordo com Oliveira (2009, p.15) “A prática deve ser refletida e refeita quando adotamos como princípio fundamental a criticidade.” Não somos apenas profissionais executores terminais das políticas públicas sociais, estamos inseridos em todo o processo, por isso devemos ser mais críticos diante da realidade posta.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática profissional se fundamenta na dinâmica da sociedade, em um dado momento histórico e uma dada conjuntura, pois, é na vida cotidiana que se

concretizam, perpetuam e se transformam as condições de vida mais amplas e é nela que o Assistente Social desenvolve suas intervenções. Deste modo, verifica-se a relevância deste profissional em todo o processo de inclusão do aluno com deficiência no sistema educacional de ensino, uma vez que a partir de uma análise da totalidade social, se buscará garantir direitos intervindo nas múltiplas expressões da questão social, de maneira que seja viável a superação da situação de vulnerabilidade e risco social.

A luta pela Educação Especial na perspectiva de Educação Inclusiva deve ser entendida enquanto um movimento mundial, não só pelo cunho pedagógico, cultural e político, mas também social partindo da premissa de que a educação é o véis pelo qual se forma a sociedade e, é através dela que também perpassamos nossos modelos e concepções de família, cidade, nossos valores morais e culturais. A busca pela efetivação do direito reluz sobre o empoderamento e participação cidadã das pessoas com deficiência no protagonismo real e não, simplório.

Subentende-se que, quando se rompe com as barreiras de comunicação, informação e orientação, possibilitando igualdade de oportunidades no acesso e usufruto de todos os bens e serviços públicos, contribui-se ao mesmo tempo, para o empoderamento e o despertar para a participação cidadã dentro de uma ordem societária que impõe segregação de classes e de direitos. Portanto, esse processo resulta em emancipação do sujeito, colocando-o como protagonista das suas lutas e como agente da sua própria história.

Foi possível observar a evolução das famílias dos alunos com deficiência inseridos na rede municipal de ensino regular, tendo em vista a grande inserção deste nos espaços democráticos e de construção de direitos. Assim, faz-se necessário destacar a atuação do Serviço Social que contribuiu significativamente para esse avanço, durante os anos de 2015 e 2016, uma vez que os problemas sociais saíram da questão individual para a coletiva, construindo, portanto, uma nova realidade e um novo olhar para a questão da Educação Especial como uma das expressões da questão social.

REFERÊNCIAS

ABEPSS. Lei de Diretrizes Curriculares. **Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social**. Rio de Janeiro, novembro de 1996.

AMARO, Sarita T. A. **Visita domiciliar: orientações para uma abordagem complexa**. In: DESAULNIERS, Julieta Beatriz Ramos (org.). Fenômeno: uma teia complexa de relações. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

BRASIL, **Constituição Federal**, 1988.

_____, **Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional**, nº 9.394/1994.

_____, **Lei de nº 8.662**, 1993.

_____, **Nota Técnica MEC nº 19**, 2010.

_____, **Política de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, 2009.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MIOTO, R.C.T. **Política de Assistência Social e a posição da família na política social brasileira**. Revista Ser Social. Brasília/UnB, v. 12, n. 1, p. 165-190, 2003.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2001.

OLIVEIRA, Simone Eneida Baçal de. **Conhecimento e prática profissional: o saber fazer dos assistentes sociais em Manaus**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2009.

RODRIGUES, D. **Educação Inclusiva: as boas e as más notícias**. In: RODRIGUES, David (org.). **Perspectivas sobre a inclusão; da educação à sociedade**. Porto: Porto, 2003.

SASSAKI, R. K. **Inclusão construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SEBASTIANI, R.W.; MAIA, E.M.C. **Contribuições da psicologia da saúde-hospitalar na atenção ao paciente cirúrgico.** *Acta Cirúrgica Brasileira* [online], v. 20, p. 50-55, 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/acb/v20s1/25568.pdf>. Acesso em 10.09.2017.

SIDNEY, J.; LUIZA J. **Inclusão Escolar.** Disponível em http://www.sac.org.br/apr_inc.htm. Acesso em: 09.09.2017.

SINGER, Paul. **O capitalismo: sua evolução, sua lógica e sua dinâmica.** 10.ed. São Paulo: Moderna, 1987, p. 07.

SUBIRATS, Joan. **Quais políticas públicas para qual crise? Transformação social e intervenção do estado.** In: **Políticas Sociais para o desenvolvimento: superar a pobreza e promover a inclusão.** Brasília: Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, UNESCO, 2010. p. 103 – 126.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes Subalternas e Assistência Social.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2007.